



Relatório de Insustentabilidade 2015

Existem valores no mundo que não estão a venda.



MISSÃO

Atuar a nível global para transformar recursos naturais em catalizadores de lucros, continuamente crescentes, para os acionistas, desconsiderando os direitos e expectativas dos trabalhadores, comunidades, populações tradicionais e gerações futuras a uma vida digna.

VISÃO

Lucrar, acima de tudo e todos, extraindo o máximo de recursos naturais, com os menores custos possíveis, a partir da desobstrução de qualquer entrave: legislação trabalhista e ambiental e direitos humanos.

VALORES

- Atitude arrogante
- Acumulação global
- Desrespeito à legislação trabalhista e ambiental, tanto brasileira como internacional
- Graves violações aos direitos humanos
- Legado de severa destruição ambiental, cultural e social
- Sustentabilidade para os lucros e não para as pessoas

Relatório de Insustentabilidade 2015

14

Visão estratégica

- A sustentabilidade na estratégia da Vale
- Gestão e Impactos
- Transparência

18

Pessoas

- Gente
- Saúde e segurança
- Educação
- Comunidades

23

Planeta

- Território
- Mudanças climáticas e energia
- Água

28

Criação de valor

- Cadeia de valor
- Valor adicionado

A sustentabilidade na estratégia da Vale

O aperfeiçoamento tecnológico e a adoção de boas práticas de governança, são anunciados como compromissos fundamentais da Vale. As práticas implementadas a título de atuação ambiental e social responsáveis permitem à empresa a ampliação do seu grau de controle territorial e captura de valor.

Ferramentas de Governança

- Diálogo Social
- Gestão de demandas
- Estudos socioeconômicos
- Plano Plurianual de Dispêndios Sociais

Captura

- Ferramenta de aferição do chamado "risco social", ou seja, de determinar as chances de que uma comunidade possa se mobilizar para o debate e o questionamento dos projetos.
- Cooptação e divisão de comunidades.
- Através das ações de assistência social, em especial do Programa de Ação em Sustentabilidade (PAS), a Vale aplica uma série de "políticas de resignação", oferecendo respostas simbólicas limitadas sob a forma de compensação ou mitigação.

2012

Pior empresa do mundo



Em 2012, pela votação internacional "Public Eye Awards", a Vale foi eleita a pior empresa do mundo. O troféu foi entregue ao diretor presidente Murilo Ferreira.

TKCSA – Sem licença para operar, com permissão para poluir



Desde 2010, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) com 27% de participação da Vale, empresa que ganhou fama por elevar em 76% as emissões de CO2 na cidade do Rio de Janeiro e por causar a "chuva de prata", opera em sua unidade de Santa Cruz apenas com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sem licença de operação.

A espionagem da Vale

Vigilância da Vale denunciada



Em Março de 2013 um ex-funcionário da Vale denunciou ao Ministério Público e ao Senado Federal, o funcionamento da área de vigilância e inteligência da empresa.

Espionagem dos próprios funcionários



As informações revelam ações de espionagem da Vale sobre os próprios funcionários, jornalistas, comunidades impactadas e movimentos sociais críticos aos projetos da empresa.

Infiltração nos Movimentos Sociais



Infiltração no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio de Janeiro (MST/RJ), no Assentamento Palmares (Pará), na rede Justiça nos Trilhos (MA/PA), na prefeitura de Parauapebas (PA), na Câmara de Vereadores de Anchieta (ES).

Propina e acesso a dados restritos



Levantamento de dados biográficos a partir de acesso a dados do sistema Infoseg e da Receita Federal mediante o pagamento de propina a funcionários públicos.

Escuta telefônica interna

Grampos telefônicos internos utilizados sem informar ao empregado e depois usados nas demissões por justa causa; rastreamento de computadores; quebra de sigilo bancário.



Escuta externa sem autorização legal

Grampos não autorizados pela justiça, em telefones externos (chamados besouros); Acesso a extratos de contas telefônicas de pessoas fora da Vale, como a jornalista Vera Durão, do jornal Valor Econômico, em novembro de 2010.

Duplicação da EFC: A Fragmentação do licenciamento

O licenciamento das obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi feita de forma fragmentada, o que inviabiliza as análises dos impactos sinérgicos, acumulativos e indiretos. Desde 2012 está em andamento uma Ação Civil Pública que contesta a legalidade do processo de licenciamento.



Lucro acima das comunidades e trabalhadores

A Vale afirma ter comprometimento com a geração de um "legado positivo" para as comunidades com os seus projetos. Entretanto, o que se vê é a intensificação da exploração e a degradação crescente dos territórios e da vida das pessoas.

Pará/Maranhão

Ao longo da Estrada de Ferro Carajás as comunidades sofrem com o assoreamento de suas fontes hídricas, rachaduras nas estruturas de suas casa, atropelamentos de pessoas e animais, violação do direito de ir e vir das comunidades e remoções.



'Meninos do Trem'

Viagens clandestinas de crianças e adolescentes, especialmente dentro das composições que transportam minério de ferro, acontecem em situações de extrema precariedade, perigo para a vida e falta absoluta de dignidade.



Nova Caledônia

Vazamento de efluentes ácidos em riacho próximo a unidade da empresa.

76% de aumento de emissão de gás CO2 em toda cidade

Espírito Santo

Pó preto do minério embarcado no porto que invade as casas, ruas e os pulmões dos moradores, causando danos ambientais ao ar, solo e água da região da Grande Vitória.

Rio de Janeiro

Chuva de prata da TKCSA em Santa Cruz, causando danos graves a saúde das pessoas, elevando em 76% a emissão de gás carbônico (CO2) de toda a cidade, além da destruição de cerca de 8 mil postos de trabalho gerados pela pesca na Baía de Sepetiba.



Ontário/Canadá

Investigações incriminam a Vale pelo óbito de dois trabalhadores na Mina de Níquel Stobie em Sudbury em 2013.

Piura / Peru

Embarque do fosfato da Vale causa dispersão de material particulado no ar e na água afetando a saúde dos moradores e os pescadores e, assim, a economia local.

Malásia

Terminal marítimo de Teluk Rubiah impactou atividades econômicas tradicionais da região, tais como a pesca e o turismo. Moradores denunciaram a falta de transparência sobre os estudos de impacto ambiental, bem como os planos de mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais.

1313

Famílias afetadas

Moçambique

Poluição atmosférica, devida à exploração de carvão, e reassentamento em condições precárias de cerca de 1313 famílias.

Colômbia

“Exploração de carvão por parte da Vale no Departamento de Cesar deixou passivos ambientais até hoje não resolvidos: doenças pela contaminação do minério, dívidas trabalhistas e áreas devastadas.



Trabalhadores

Assédio moral, aumentos das horas de trabalho, reduzindo os custos de mão de obra, subnotificação do número de acidentes de trabalho e trabalhadores acidentados.

em
2015
Acidente Fatal

Já no início deste ano de 2015, um trabalhador de 43 anos teve sua vida roubada, vítima de um acidente fatal na Mina de Fábrica Nova (Mariana/MG), fruto do aumento da carga de trabalho e da pressão sobre os trabalhadores para aumentar a produção da empresa.



Minas Gerais

A Vale tenta implementar o Projeto Apolo na Serra do Gandarela, afetando uma região onde estima-se que existam reservas de 5 bilhões de metros cúbicos de água.

Compartilhando medo, capturando valores

Comunidades, indígenas, quilombolas, pescadores e trabalhadores, sofrem constante pressão, através da exploração das minas, construção de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, hidroelétricas e outros empreendimentos que conectam a cadeia da mineração, colocando em risco a reprodução física, social, econômica e cultural dos territórios. Os impactos sociais e ambientais provocados em cada uma destas etapas precisam ser analisados de forma integrada e articulada.

Instalação



É comum a não realização de consulta prévia, livre e informada e irregularidades nas licenças ambientais:

Em Piura (Peru) representantes da Frente de Defesa da Comunidade de San Martín de Sechura denunciam que a Vale iniciou a exploração de Fosfato em 2010 sem consulta prévia, descumprindo o Convênio 169 da OIT.

Duplicação da EFC: O Ibama aprovou licenciamento simplificado, que isenta a Vale da elaboração de EIA-RIMA, audiências públicas e da realização de consulta para indagação sobre o consentimento prévio, livre e informado das comunidades tradicionais impactadas.

1

Onça Puma: Segundo o MPF, apesar dos impactos na saúde dos Xikrin, a Vale não iniciou nenhum programa de compensação e não cumpriu nenhuma das condicionantes previstas.

TKCSA: Desde 2010, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), opera em sua unidade de Santa Cruz sem licença de operação, apenas com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

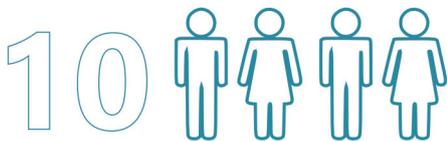
Energia

2

Projeto BioVale/PA: Em nome da redução de suas emissões de CO2 a Vale têm investido na produção de biodiesel, causando conflitos territoriais, desmatamento e contaminação por agrotóxicos de igarapés, que alimentam inúmeros rios da região.

Hidroelétrica de Belo Monte: Com a participação acionária da Vale, o projeto tem sido criticado por provocar grande destruição social, ambiental e econômica. Ao menos 20 processos judiciais são movidos pelo Ministério Público Federal, do Pará, devido a problemas no licenciamento, descumprimento de condicionantes, impactos irreversíveis, etc.

Portos



Responsabilidade Social

Captura da Subjetividade;
Geração de valor social para a empresa;
Programas paliativos

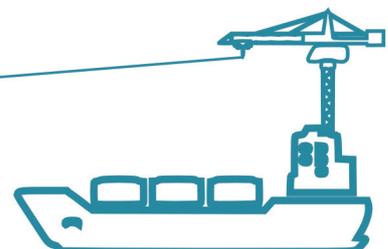
8

Em São Luís (MA), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Piura (Peru) e Perak (Malásia), pescadores locais denunciam que os processos de embarque do minério e a contaminação das águas em portos da Vale comprometem a sobrevivência das cadeias locais de pesca artesanal.

Impactos

9

Cadeia alimentar
Ar
Água
Vegetação
Aumento populacional
Aumento da prostituição infantil
Alcoolismo



3

Remoções e Reassentamentos

Em Moçambique, 1.313 famílias reassentadas pela Vale vivem hoje com dificuldade de acesso à água, terra, energia, em terras impróprias para a agricultura, e não receberam, até o momento, as indenizações integrais a que têm direito.

Em El Hatillo, na Colômbia, há cinco anos famílias esperam pelo reassentamento e continuam a viver em meio à contaminação.

Na comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA), 312 famílias continuam aguardando o reassentamento para outra área, livre da contaminação das siderúrgicas em estreita parceria com a Vale.



Comunidades tradicionais

Quilombolas, índios, pescadores, pequenos agricultores e trabalhadores.

4

Extração

Trabalhadores:

Em 2015, em Itabirito (MG), a Vale foi responsabilizada por submeter 309 pessoas à condições análogas ao trabalho escravo.

No Canadá, Minas Gerais e Parauapebas, Sindicados denunciam a subnotificação dos acidentes de trabalho, o aumento da jornada de trabalho, elevado número de horas extra cobrado, aumento da pressão e do assédio moral dentro da empresa, cooptação sindical e perseguição a líderes sindicais.

5



Contaminação

Moçambique: Na área de carregamento e descarregamento do carvão das minas de Tete, há uma alta concentração de poeira, que causa a perda da vegetação na região e coloca em risco a saúde dos habitantes.

No Canadá, onde a Vale produz Níquel na mina de Voisey's Bay, o lago Sandy Pond foi convertido em uma bacia com mais de 400 mil toneladas de dejetos, de acordo com denúncias de organizações locais.

Em Catas Altas/MG, a expansão da Mina São Luiz, onde a Vale extrai minério de ferro, causou o assoreamento de nascentes e a diminuição da vazão dos cursos d'água.



7



Processamento / Siderurgia

TKCSA/Santa Cruz/RJ, com 27% de participação da Vale: A empresa elevou em 76% as emissões de CO2 na cidade do Rio de Janeiro e é responsável pelo fenômeno da "chuva de prata", emissão de partículas causadoras de doenças na população vizinha.

Piquiá de Baixo/MA: Cinco usinas processam o ferro da Vale, jogando no ar uma fumaça tóxica que, continuamente, provoca doenças e mortes.

Porto de Tubarão, Grande Vitória/ES: Do Porto de Tubarão e oito usinas de pelotização da Vale causam o fenômeno do pó preto do minério que invade as casas, ruas e os pulmões dos moradores de todos os municípios da região metropolitana.

6

Logística



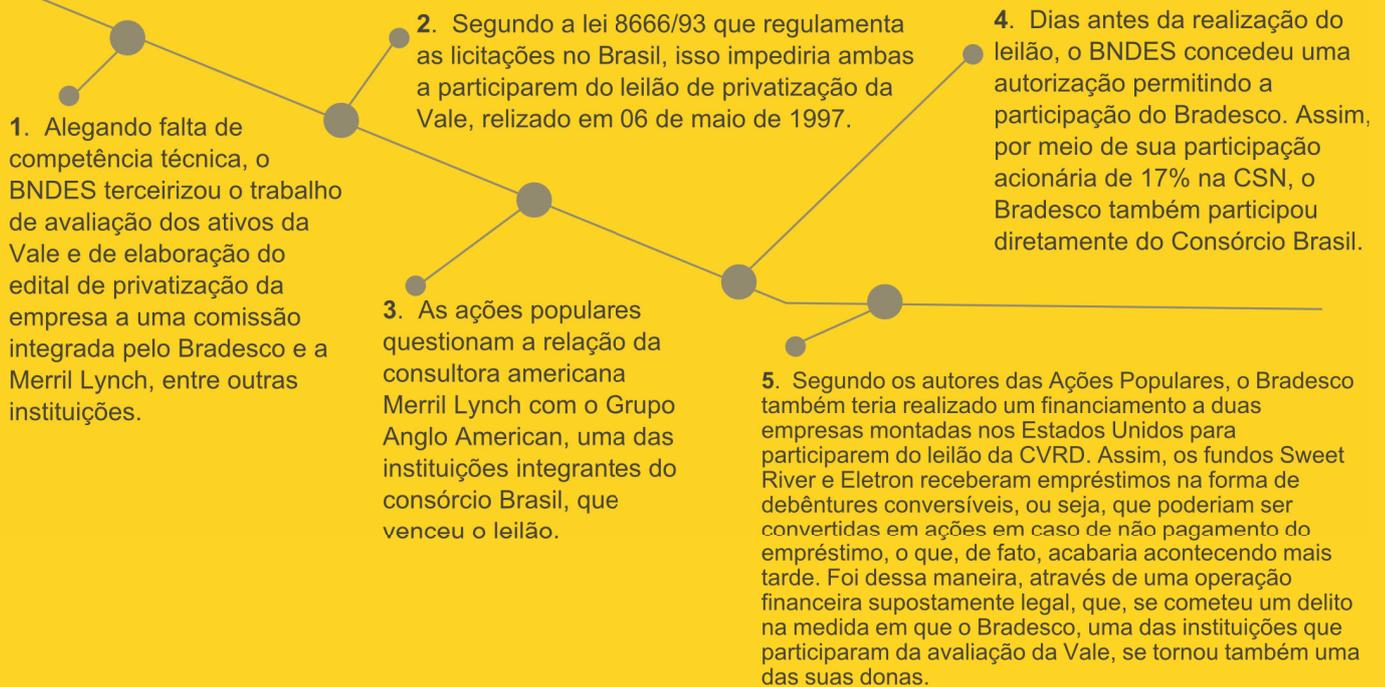
Ferrovia: No Brasil, a passagem da Estrada de Ferro Carajás traz insegurança às populações impactadas, causando mortes de pessoas e animais, rachadura das casas, poluição sonora, insegurança no direito de ir e vir e remoções. O mesmo modelo logístico está sendo implantado no Corredor de Nacala em Moçambique.

Minerodutos: bombeamento da polpa do minério de ferro através da água durante 24 horas por dia, entre Alegria, em Mariana, até o porto do Ubu, em Anchieta, no Espírito Santo. Os três minerodutos gastam uma média de 4.400m³/hora comprometendo segurança hídrica.

Quanto VALE o Risco?

Apesar de todos os benefícios que recebe do Estado, como isenções fiscais e financiamento público, a Vale se recusa a dar uma contrapartida justa às comunidades impactadas. A estratégia comercial de alto risco da Vale intensifica os impactos no território.

Por que o Leilão de Privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi ilegal?

- 
1. Alegando falta de competência técnica, o BNDES terceirizou o trabalho de avaliação dos ativos da Vale e de elaboração do edital de privatização da empresa a uma comissão integrada pelo Bradesco e a Merrill Lynch, entre outras instituições.
 2. Segundo a lei 8666/93 que regulamenta as licitações no Brasil, isso impediria ambas a participarem do leilão de privatização da Vale, realizado em 06 de maio de 1997.
 3. As ações populares questionam a relação da consultora americana Merrill Lynch com o Grupo Anglo American, uma das instituições integrantes do consórcio Brasil, que venceu o leilão.
 4. Dias antes da realização do leilão, o BNDES concedeu uma autorização permitindo a participação do Bradesco. Assim, por meio de sua participação acionária de 17% na CSN, o Bradesco também participou diretamente do Consórcio Brasil.
 5. Segundo os autores das Ações Populares, o Bradesco também teria realizado um financiamento a duas empresas montadas nos Estados Unidos para participarem do leilão da CVRD. Assim, os fundos Sweet River e Eletron receberam empréstimos na forma de debêntures conversíveis, ou seja, que poderiam ser convertidas em ações em caso de não pagamento do empréstimo, o que, de fato, acabaria acontecendo mais tarde. Foi dessa maneira, através de uma operação financeira supostamente legal, que se cometeu um delito na medida em que o Bradesco, uma das instituições que participaram da avaliação da Vale, se tornou também uma das suas donas.



100

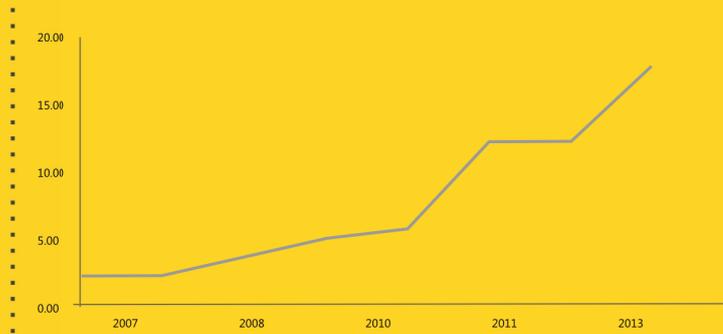
Legalidade contestada na justiça

Hoje tramitam na Justiça 100 processos que contestam a legalidade da privatização da Vale, ocorrida em 1997. Em 2007, um plebiscito popular pediu a anulação da privatização da Vale.



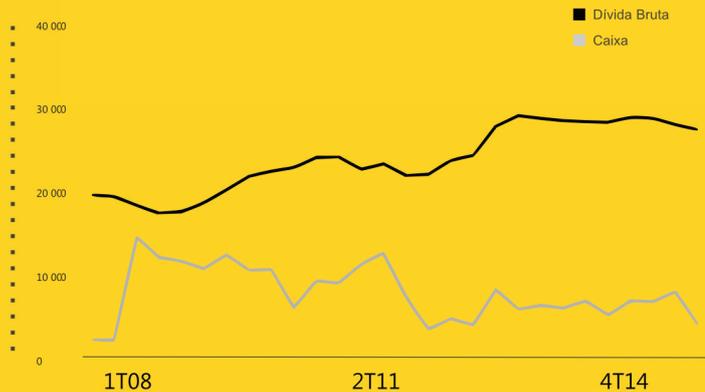
BNDES 2007-2014 (R\$ bilhões)

Entre os anos de 2007 e 2014 o BNDES emprestou à Vale um total de R\$19 bilhões.



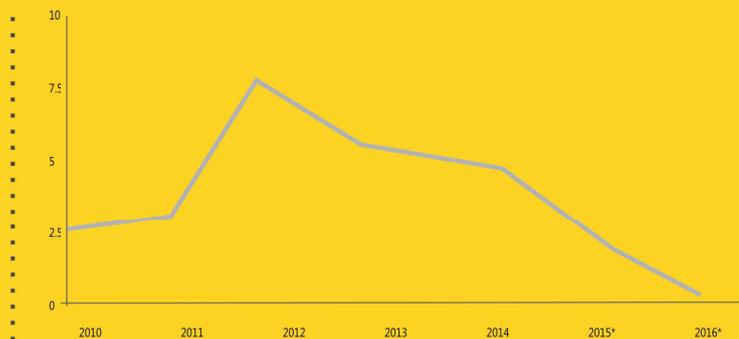
Dívida x Caixa (2008 – 2014)

A distância entre a dívida bruta da Vale e o valor do caixa da empresa nunca foi tão grande.



Dividendos 2010-2016* (R\$ bilhões)

Em 2015 a Vale pagará aos seus acionistas a metade dos dividendos pagos em 2014. Em 2016 há grandes chances de a Vale suspender o pagamento de dividendos.



*Previsão.



"BBB+"

Em janeiro de 2015 a Standard & Poor's rebaixou a nota da Vale de "A-" para "BBB+"

Carajás 30 anos

Passados 30 anos de operação do complexo de Carajás, os municípios daquela região ainda estão entre os que apresentam as menores taxas de desenvolvimento humano no Brasil.

O testemunho da insustentabilidade



A Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, grupo de sindicalistas, ambientalistas, ONGs, associações de base comunitária, grupos religiosos e acadêmicos de oito países, que desde 2010 denuncia as violações cometidas por esta corporação multinacional, sabe que não é fácil vir a público revelar, ecoar, difundir e enfrentar uma empresa como a Vale, que apenas em 2014 obteve uma receita operacional líquida de R\$ 88,2 bilhões. Porém, desde esse lugar, de Atingidos pela Vale, queremos dizer quem somos:

Somos comunidades inteiras que vivem no entorno da exploração sem limites de minérios. Somos sindicalistas que, a cada dia, testemunham a deterioração das condições de trabalho e as mortes causadas por acidentes continuarem, a despeito da luta que empreendemos. Somos quilombolas, indígenas, pescadores, ribeirinhos que querem apenas continuar vivendo do nosso jeito de ser.

Somos famílias inteiras forçadas a viver nas casas sujas pela fuligem das siderurgias, com as paredes rachadas pela passagem dos trens carregados de minérios, que, por sua vez, matam nossas crianças. Somos mulheres que adoecem pela sobrecarga emocional e de trabalho que se avolumam pelas tarefas historicamente realizadas por nós: cuidar dos doentes, dos idosos, das crianças com bronquite, alergias, dermatites, etc.

Por todos os motivos expostos, este Relatório de Insustentabilidade da Vale foi feito. Não é mais possível aceitar a massiva e enganosa propaganda de que a Vale é uma empresa que cria “um mundo com novos valores”.

Ao contrário, este Relatório evidencia que o verdadeiro objetivo da Vale é capturar para si os valores do mundo através do controle territorial e da exploração sem limites buscando o lucro.

Esperamos que este Relatório, além de visibilizar o que a Vale tenta esconder, evidencie que nem seus projetos de “responsabilidade social” e nem sua propaganda enganosa nos farão desistir da luta por justiça, respeito e pela vida. E viver com dignidade não tem preço.

Lutar não é crime!
Boa leitura!

Perfil e atuação global

Capturando para si os valores do mundo



Pixação em muro de parque construído pela Vale em Sechura / Peru - Foto: Justiça Global

Empresa privada, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, a Vale S.A. é a maior mineradora do Brasil e a terceira companhia na indústria global de mineração de metais. Líder mundial na produção de minério de ferro e segunda maior produtora de níquel, a Vale destaca-se ainda na produção de manganês, cobre, carvão, pelotas, ferroligas e alguns fertilizantes. Presente em 27 países dos cinco continentes e em 13 estados brasileiros, além do Distrito Federal[1], esta multinacional atua a partir de uma cadeia integrada entre mineração, logística (transporte do minério através de ferrovias aos portos), energia (produção para suprir a sua própria demanda energética, que é enorme) e siderurgia (processo de transformação do minério de ferro em aço). Cada etapa desta cadeia causa severos impactos sociais e ambientais que precisam ser analisados de forma integrada e articulada.

Sua atuação global, que a torna a maior e mais diversificada mineradora das Américas, conta com diversos incentivos do governo brasileiro, como financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)[2] e inúmeros subsídios fiscais. Por isso, a Vale tem papel e importância estratégicos na estrutura produtiva do país e sua história possui conexão orgânica com o Estado brasileiro. No Canadá, a Vale também foi beneficiada com recursos públicos. Entre os anos de 2010 e 2014 a empresa recebeu US\$ 1,775 bilhões da agência governamental de fomento à exportação, a Export Development Canada (EDC).

O poder econômico e a capilaridade política da empresa são concretizados, especialmente, pelo pagamento dos royalties da mineração aos estados e municípios onde a empresa possui empreendimentos, através da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem)[3].

A Vale S.A. é a maior pagadora de royalties da mineração no Brasil. Em alguns dos estados considerados os mais pobres do Brasil, a dependência do pagamento dos royalties e da filantropia estratégica da empresa acabam produzindo a subordinação dos governos e das administrações municipais e

estaduais, que acabam por neutralizar as críticas à atuação da Vale nas localidades.

Ao longo dos últimos anos a Vale vem se empenhando em construir uma imagem pública de empresa social e ambientalmente responsável. Essa ação faz parte da estratégia de utilização do termo “sustentabilidade”, que passa a ser considerado um dos requisitos para tornar a empresa mais competitiva e valorizada no mercado. A venda de uma imagem “verde” e amiga do planeta tem maiores chances de ganhar a simpatia dos consumidores e investidores — principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Apesar da ampla difusão desta imagem na sociedade, propagada por caras campanhas publicitárias, a realidade é que a Vale tornou-se símbolo de violentos impactos socioambientais, desrespeito a leis trabalhistas e ambientais e de violações de direitos humanos.

Em 2013, tornou-se público um esquema de espionagem da empresa contra sindicatos e movimentos sociais.

Arrogante, a empresa acostumou-se a ignorar ou dar respostas insatisfatórias quando denunciada e cobrada por moradores de comunidades atingidas, movimentos sociais e representações sindicais ao redor do mundo, isentando-se de suas responsabilidades ao utilizar artifícios jurídicos, econômicos e políticos para esquivar-se das exigências e demandas de grupos impactados por seus empreendimentos.

Em tempos em que a pauta política conservadora quer privatizar a Petrobras, explicitamos nesta publicação o custo social, ambiental e político das ações da Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale S.A., sobre os territórios. Como consequência do processo de privatização, as suas atividades, que já causavam severos impactos, aprofundaram-se e ganharam escala de maneira brutal

A sustentabilidade na estratégia da Vale

O aperfeiçoamento tecnológico e a adoção de boas práticas de governança, são anunciados como compromissos fundamentais da Vale. As práticas implementadas a título de atuação ambiental e social responsáveis permitem à empresa a ampliação do seu grau de controle territorial e captura de valor.

Grandes corporações como a Vale atuam com a lógica da gestão de riscos. Por risco entende-se todo e qualquer fator – seja ele financeiro, político, legal, ambiental, social, etc – que possa ser um obstáculo à realização do objetivo principal da empresa: a manutenção da sua taxa de lucro.

A partir da identificação de um risco, a atuação é planejada de forma a se antecipar a ele, buscando neutralizar seus potenciais efeitos negativos sobre a saúde dos negócios. Isso se dá ou através da conversão do risco em um fator positivo, ou, quando isso não é possível, da eliminação do risco. Logo, a gestão dos riscos contribui de forma decisiva para a sustentação dos negócios e, em última análise, para a perpetuação de uma empresa.

Ao longo das últimas décadas, as críticas sobre os impactos socioambientais provocados pela mineração conquistaram um importante espaço no debate político internacional. Inúmeros fatos e dados apresentados pela sociedade civil em diversos países ajudaram a consolidar a constatação de que não há mineração sem desastre e, do ponto de vista das empresas, passaram a representar um risco não apenas às suas reputações e aos seus negócios, mas à própria sobrevivência do setor de mineração como um todo.

Como forma de antecipação a esse risco, a Vale, assim como as principais empresas do setor, vem se esforçando para transmitir à opinião pública a imagem de empresa que respeita o meio ambiente e as comunidades atingidas, dando a essa postura o nome de estratégia de sustentabilidade.

O aperfeiçoamento tecnológico e a adoção de boas práticas de governança, tais como transparência e o diálogo social, são anunciados como compromissos

fundamentais da empresa. Além disso, as práticas implementadas a título de atuação ambiental e social responsáveis permitem à empresa a ampliação do seu grau de controle sobre o território.

Quanto maior for o controle de uma empresa sobre os fatores que influenciam o bom andamento de seus negócios, maior será a sua capacidade de gestão dos riscos. Desse modo, a Vale vai, recorrentemente, convertendo riscos em oportunidades.

Dentre vários casos, um episódio ocorrido em março de 2013 é emblemático no sentido de expor as sórdidas ações que chegam a ser empregadas pela Vale para garantir a permanência da sua atuação e a alta lucratividade pelo prazo mais largo possível.

Naquele mês um ex-funcionário da Vale apresentou ao Ministério Público Federal (MPF) uma denúncia sobre o funcionamento da área de vigilância e inteligência da empresa. Suas informações revelam ações de espionagem da Vale sobre os próprios funcionários, jornalistas e comunidades impactadas e movimentos sociais críticos aos projetos da empresa.

Modus operandi

A revelação dessa lógica de funcionamento oferece à sociedade indícios importantes sobre o que realmente representa a sustentabilidade na estratégia dessa multinacional da mineração. Uma sustentabilidade do seu próprio modus operandi, garantidor de expressivos lucros, mesmo que, para obtê-los, seja necessário violar direitos.

Gestão de Impactos

A estratégia de comunicação da Vale tem como objetivo central proteger a própria Vale dos efeitos de possíveis críticas da opinião pública a respeito da sua atuação, causadora de severos e irreversíveis impactos, e não significa nenhum comprometimento em, de fato, efetuar mudanças significativas no seu modo de operação.

Recentemente, em seus próprios relatórios e materiais, a Vale reconhece a responsabilidade por impactos negativos – socioambientais e biofísicos – decorrentes de suas operações. Não foi sempre assim.

Durante anos, diversas organizações e movimentos sociais empreenderam contínuos esforços para dar visibilidade aos conflitos socioambientais causados pela Vale. Em 2012, através de uma ampla articulação, a Vale foi eleita a pior empresa do mundo em uma votação internacional. O Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012, organizado pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, e o relatório “Mineração e Violação de Direitos Humanos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.”, realizado pela Plataforma Dhesca, em 2013, são apenas dois recentes marcos neste longo processo de expor a atuação dessa corporação, a partir de uma perspectiva dos territórios onde ela atua.

Essa alteração na sua estratégia de comunicação tem como objetivo central proteger a própria Vale dos efeitos de possíveis críticas da opinião pública a respeito da sua atuação, causadora de severos e irreversíveis impactos, e não significa nenhum comprometimento em, de fato, efetuar mudanças significativas no seu modo de operação. Nesse sentido, a empresa procura mostrar seu compromisso com o aperfeiçoamento tecnológico e com a aplicação de um modelo de governança corporativa, intitulado Gestão de Issues e Stakeholders (questões críticas e partes interessadas). Este modelo consiste na combinação da elaboração de diagnósticos socioeconômicos com a abertura de canais de diálogo e participação, como forma de subsidiar a formulação de uma política de dispêndios sociais.

Desse modo, no território, as ferramentas de governança corporativa também atendem aos objetivos comerciais da empresa. Através de iniciativas de diálogo social e da realização de estudos socioeconômicos, a Vale tem a possibilidade de aferir o chamado “risco social”, ou seja, de

determinar as chances de uma comunidade vir a se mobilizar para o debate e o questionamento dos projetos.

Por outro lado, através das ações de assistência social, em especial do Programa de Ação em Sustentabilidade (PAS), a Vale aplica uma série de “políticas de resignação”, oferecendo respostas simbólicas limitadas sob a forma de compensação ou mitigação, aproveitando-se da omissão do Estado na garantia dos direitos à educação e à saúde. Cientistas sociais e comunicadores são contratados para estudar os grupos atingidos e desenvolver programas de relações comunitárias[4].

O que se verifica, portanto, é a desarticulação da resistência e o aumento do controle territorial da Vale.

Os clandestinos meninos do trem

Não há mineração sem desastre. No Pará e no Maranhão, meninos e meninas, a maioria oriundos dos municípios de Marabá e Parauapebas, arriscam suas vidas viajando clandestinamente nos trens de carga ou nos trens de passageiros da Vale. Em busca de uma vida melhor ou fugindo de suas famílias, eles tentam chegar a São Luís em situações de extrema precariedade, perigo para suas vidas e absoluta falta de dignidade. As crianças e os adolescentes se escondem dentro do minério de ferro, deixando somente a cabeça para fora, ou utilizando a parte superior de uma garrafa de refrigerante como funil para respirar. O próprio acesso aos vagões de minério, enquanto o trem está em movimento, é extremamente arriscado e leva, em vários casos, a ferimentos ou mutilações. Relatos revelam ainda casos de violência física e ameaças aos meninos por parte dos seguranças da Vale. Operando há três décadas na região, a Vale não admite que este é um impacto causado pela mineração e justifica ser uma consequência dos problemas socioeconômicos existentes. Em seu percurso da mina ao porto, os trens da Vale atravessam mais de cem comunidades tradicionais e indígenas, dentre outros grupos sociais.



Transparência

A política de transparência da Vale é seletiva. Ainda hoje cerca de cem ações populares com a finalidade de anular o processo de privatização da empresa correm na justiça. O discurso da Vale oculta a sua prática em relação ao atendimento às determinações da legislação de proteção ao meio ambiente.

A adoção de práticas de transparência tem sido bastante utilizada por empresas para a neutralização das críticas relacionadas à corrupção. Em seu último relatório de sustentabilidade, a Vale afirma que só em 2013 foram apurados 62 casos de corrupção envolvendo seus funcionários e também fornecedores.

A política de transparência da Vale é, no entanto, seletiva. Não são conhecidas, por exemplo, as conclusões do processo de investigação interna instaurado pelo próprio diretor-presidente da Vale S.A., Murilo Ferreira, a respeito do caso denunciado ao Ministério Público por um ex-gerente de vigilância e inteligência da empresa sobre práticas de espionagem. Segundo a denúncia, a Vale acessou informações da Infoseg (rede de integração de dados sobre segurança pública, justiça e fiscalização) e da Receita Federal para o levantamento de dados biográficos de empregados, fornecedores ou outras pessoas físicas, inclusive representantes de movimentos sociais críticos à atuação da empresa. O acesso a estes dados é prerrogativa exclusiva de agentes do Estado e, segundo o ex-gerente, foram obtidos através do pagamento de propina a funcionários públicos.

Outro fato omitido pela Vale em seus relatórios aos acionistas ou em seus comunicados de imprensa diz respeito à existência de cerca de cem ações populares com a finalidade de anular o processo de privatização da empresa. Em abril de 1997 a, então denominada, Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Com o seu valor subestimado em apenas US\$ 3,4 bilhões, a venda contou ainda com financiamento subsidiado pelo BNDES. Se for confirmado que houve sonegação e subavaliação de bens, a decisão pela nulidade da venda da Vale torna-se certa.

Em 2014, a Rio Tinto, outra gigante no setor da mineração, entrou com uma ação contra a Vale e a BSGR, sócias em uma concessão para a exploração

de jazidas de minério de ferro na República da Guiné. A alegação da Rio Tinto é de que ambas lhe “roubaram” a concessão mediante o pagamento de suborno pela BSGR para um ex-ministro da Guiné em 2010. Segundo a Rio Tinto, os US\$ 200 milhões pagos a título de suborno teriam sido feitos com os recursos do pagamento feito pela Vale à BSGR para entrar na sociedade.

Outro aspecto relevante em relação à prática da Vale é a desfaçatez que se extrai da sua duplicidade e do seu discurso em relação ao atendimento às determinações da legislação de proteção ao meio ambiente.

Se por um lado, a política de Desenvolvimento Sustentável da Vale afirma que a empresa procura extrair das atividades de mineração “um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde opera”, por outro, em suas comunicações aos investidores, os diretores executivos da empresa apresentam o licenciamento ambiental como um obstáculo para o cumprimento de seu plano estratégico de investimentos. Nas palavras de Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale S.A., “é evidente que precisamos agilizar essas licenças ambientais”[5].

Os órgãos ambientais do Brasil vivem sob constante pressão de funcionários da Vale para que seus processos sejam priorizados, agilizados e concluídos o mais rápido possível. A fim de atingir seus objetivos, a empresa lança mão de táticas das mais diversas naturezas.

Em 2012, Gisela Forattini, então Diretora Nacional do Departamento de Licenciamento Ambiental (DILIC) do IBAMA declarou: “A demanda é explosiva, mas temos nos preparando. A Vale, em particular, tem ocupado boa parte de nossa força de trabalho.”[6]

Pó da chuva de prata da TKCSA distribuídos por moradores durante a Rio+20.



Foto Víctor Ribeiro

Duplicação da EFC: A Fragmentação do licenciamento

Desde 2012 está em andamento uma Ação Civil Pública (ACP)^[7] que contesta a legalidade do processo de licenciamento das obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A ACP questiona ainda o fato de que as obras vêm sendo analisadas e licenciadas de forma fragmentada e por meio de um procedimento simplificado e expedito, fato que inviabiliza as análises dos impactos sinérgicos, acumulativos e indiretos. A Vale propôs, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aprovou, que esse processo de licenciamento tramitasse segundo um rito simplificado, que isenta a empresa da elaboração de EIA-RIMA, audiências públicas e da realização de consulta para indagação sobre o consentimento prévio, livre e informado das comunidades tradicionais impactadas. Após 45 dias de embargo judicial das obras de duplicação da EFC, por conta de uma liminar da 8ª. Vara Federal no Maranhão, a Vale S.A. conseguiu retomar os trabalhos por meio de uma decisão do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que considerou que apesar da ilegalidade, as obras deveriam ir adiante porque sua paralisação causava grave lesão à ordem e à economia públicas. As entidades proponentes da ACP recorreram da decisão e o recurso deverá ser apreciado em breve pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), com possível nova determinação para a paralisação das obras.

TKCSA: Sem licença para operar, com permissão para poluir

Desde 2010, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), com 27% de participação da Vale e investimentos públicos de R\$ 5 bilhões, opera em sua unidade de Santa Cruz apenas com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Em 2014 este Termo foi renovado, o que significa que a empresa, que ganhou fama por elevar em 76% as emissões de CO2 na cidade do Rio de Janeiro e por causar uma “chuva de prata” em seu entorno, continuará funcionando de forma ilegal. Mais de 200 famílias impactadas continuam aguardando que a Justiça julgue as ações com pedidos de indenizações contra esta empresa.



Foto feita por infiltrado nos protestos contra a poluição da Baía de Sepetiba - RJ

Gente

Apesar da propaganda institucional, trabalhadores e comunidades relatam a inexistência de diálogo, práticas de intimidação e uma política permanente de cooptação do movimento sindical e de seus representantes na busca por controle das críticas.

A Vale S.A. utiliza-se de um discurso de valorização de seus empregados e da criação de um relacionamento de qualidade e confiança com os mesmos, pela difusão de metas como “dano zero”, rigor nas investigações dos acidentes de trabalho e respeito à livre associação, para construir retoricamente a sua legitimidade através da apropriação de percepções e crenças que estão em voga no contexto social. Contudo, trabalhadores e comunidades no Brasil e no exterior convivem com uma empresa que paulatinamente aumenta sua produção, intensificando, na mesma proporção, a pressão sobre seus trabalhadores e os territórios em busca de maiores lucros. Apesar do que a Vale propaga, trabalhadores e comunidades relatam a inexistência de diálogo, práticas de intimidação e uma política permanente de cooptação do movimento sindical e de seus representantes na busca por controle das críticas.

O sindicato Metabase Inconfidentes, em Minas Gerais, por exemplo, acusa a Vale de engessar as ações dos sindicatos e criar empecilhos às tentativas de garantir melhores condições de vida e trabalho. Um dos mais recentes casos foi a perseguição a dirigentes, que culminou com a demissão do diretor sindical Vander Luis Ferreira, em junho de 2014, sem qualquer justificativa razoável. Na época, estavam ocorrendo várias manifestações de trabalhadores e da população em geral que reivindicavam condições básicas de trabalho, segurança, saúde e transporte nas localidades em que a Vale e outras mineradoras atuam. O diretor foi penalizado por ter ousado criticar a empresa diante da imprensa.

Este tem sido o padrão histórico de atuação da Vale, tanto no Brasil como no exterior. Em 2008, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), do Paraná[8], encaminhou uma queixa sobre as práticas antissindicais da Vale para a Organização Internacional do Trabalho (OIT)[9].

Na operação em Voisey’s Bay, Labrador, Canadá, a relação entre a Vale e o sindicato não foi totalmente reparado, e o legado da greve de 18 meses (2009-2011) continua. Há relatos de que, após o fim da greve, a Vale continua com

as práticas de gestão arbitrária no local de trabalho. A Vale continua a dificultar a vida dos trabalhadores através da busca por acordos nos casos de processos e arbitragem. O estilo de gestão da empresa Vale é muitas vezes interpretado como uma estratégia para minar sutilmente a força dos sindicatos, e isolar a liderança sindical eleita democraticamente.

Desrespeito à livre associação e cooptação

O Sindicato Metabase Carajás, no Pará, é o maior sindicato mineiro do país e por se localizar no coração da principal mina da Vale possui um papel estratégico para a empresa. A prática de cooptação da Vale no sindicato veio à tona em 2014, quando, após 20 anos, um grupo de trabalhadores conseguiu inscrever uma chapa para concorrer à presidência do sindicato sem ser derrotada nos bastidores. Durante essas duas décadas, a empresa e o próprio movimento sindical cooptado alegavam a inexistência de oposição entre os trabalhadores, abafando a permissiva influência da empresa e a insatisfação dos trabalhadores.

Trabalho escravo e condições degradantes

Em fevereiro de 2015, a Vale foi denunciada por submeter trabalhadores da Mina do Pico, localizada em Itabirito, Minas Gerais à situação análoga à escravidão. A inspeção do Ministério Público do Trabalho (MPT) detectou a utilização de terceirização ilícita e verificou que a empresa, contratada e remunerada pela Vale, sujeitou trabalhadores a condições sub-humanas, com o conhecimento e concordância tácita da mineradora.

As denúncias reportam banheiros com ar empestado e fezes espalhadas pelo chão, jornadas de trabalho exaustivas, condições degradantes e trabalhadores vítimas de fraude, promessa enganosa e ameaça. Os auditores fiscais classificaram o ambiente como “repugnante”. O canteiro foi interdito e a Vale autuada por 32 infrações trabalhistas, além de ser responsabilizada por submeter 309 pessoas[10] ao trabalho análogo ao de escravo.

Saúde e Segurança

A Vale é reconhecida pelo desrespeito a saúde e seguranças das comunidades e seus trabalhadores ao não assumir responsabilidade pelas doenças e morte que ocorrem como consequência de suas operações.

A Vale S.A. é alvo de diversos processos, tanto no Brasil como no exterior, por negligência aos elementos mais basilares da saúde e segurança do trabalhador.

Em 2013, por exemplo, ela foi condenada pela Justiça do Trabalho do Maranhão a pagar uma indenização de R\$ 18,9 milhões por danos morais coletivos movida pelo Ministério Público do Trabalho por desrespeitar diversas normas de meio ambiente e segurança do trabalho, o que ocasionou a morte de cinco funcionários na capital maranhense[12].

Não é apenas o judiciário brasileiro que tem identificado falhas elementares e total descaso da empresa com a vida dos trabalhadores. Na província canadense de Ontário, o governo entrou com uma ação na Justiça imputando nove acusações de violações da lei de saúde e segurança ocupacional da província pelo óbito de dois trabalhadores na Mina de Níquel Stobie, em Sudbury[13].

Em seu Relatório de Sustentabilidade, de 2013, são mencionados alguns acidentes ocorridos dentro das áreas de operações da empresa. Contudo, a Vale não se responsabiliza pelos acidentes e nem pelas sete mortes ocorridas. Negando, deste modo, sua própria negligência e os impactos da intensificação da extração mineral na saúde do trabalhador. Para piorar, a empresa costuma culpabilizar as vítimas. Contudo, apesar de registrar as mortes de trabalhadores por acidentes do trabalho, a Vale ainda não divulga no seu relatório as mortes por atropelamento em suas ferrovias.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres[14], no ano de 2013 foram 105 vítimas em acidentes graves com mortes ou lesões graves nas quatro ferrovias operadas integral ou parcialmente pela Vale.

No processo de intensificação da jornada de trabalho, a Vale conseguiu anular a jornada de turno rodízio de seis horas. Este turno garante, minimamente, que, diante de um trabalho desgastante, decorrente do revezamento da jornada entre os períodos diurno e noturno, além de perigoso e insalubre como o da mineração, os trabalhadores consigam algum tipo de bem-estar e tenham tempo livre fora das minas. O aumento da jornada de trabalho para oito horas resulta em mais acidentes, mais afastamentos por problemas de saúde e no aumento de uma doença que vem assolando os trabalhadores mineiros: a depressão[15].

Comunidades vizinhas doentes

A Vale S.A. causa graves impactos negativos à saúde dos que vivem próximos aos seus projetos. Em Piura, norte do Peru, a empresa possui uma mina de extração de fosfato para a produção de fertilizantes utilizados pelo agronegócio brasileiro. A dispersão de material particulado no ar e na água, no momento da embarcação do fosfato nos navios para serem exportados, causa severos problemas respiratórios na população que vive próxima ao porto e desequilíbrio no sistema marinho, afetando a saúde e a sobrevivência dos pescadores locais.

Em 2011, uma denúncia foi feita contra a empresa pelo sindicato dos trabalhadores da PetroPeru, que atuam em um terminal a 300 metros das embarcações da Vale. Ela resultou na aplicação de uma multa[16] à empresa imposta, em 2013, pelo Órgão de Avaliação e Fiscalização Ambiental (Oefa), do Peru. Em dezembro de 2014, a Vale foi denunciada à relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) na Cumbre de Los Pueblos, em Lima.

O representante da Frente de Defesa da Comunidade de San Martín de Sechura, Augusto Chapilliquen, denunciou “que as jazidas minerais estão em terras comunitárias privatizadas em 2005 pela Vale que iniciou a exploração em 2010, sem consulta prévia, descumprindo o Convênio 169 da OIT”[17].

Em Moçambique, na província de Tete, no distrito Moatize, onde se encontra uma das maiores reservas de carvão do mundo, a Vale S.A. explora carvão mineral a céu aberto. Na área de carregamento e descarregamento, há uma alta concentração de poeira, que causa a perda da vegetação na região e coloca em risco a saúde dos habitantes. A partir de um estudo realizado, o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos Moçambicano (Iese) alertou que Moatize poderá enfrentar graves problemas de poluição atmosférica, devido às minas de carvão, além de constatar que a presença no ar de poluentes, como o dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e monóxido de carbono, poderá ser prejudicial para a saúde da população em longo prazo.

Educação

Os projetos educacionais da Vale estão inseridos na estratégia de busca por legitimidade da empresa, tanto na sociedade como nos mercados. Os programas desenvolvidos são paliativos e se aproveitam da omissão do próprio Estado nas localidades.

Através da Fundação Vale, a Vale S.A. investe em inúmeros projetos ligados à educação infantil e de jovens e adultos, tanto dos seus trabalhadores, quanto nas comunidades próximas aos seus empreendimentos. Esses projetos estão inseridos na estratégia de busca por legitimidade da empresa, tanto na sociedade como nos mercados. A mineração é um setor reconhecido por seus grandes impactos sociais e ambientais. Desse modo, os programas vinculados à responsabilidade social das empresas têm o propósito de minimizar os efeitos intrínsecos à atividade mineral. Porém, observa-se nos projetos da Vale o desenvolvimento de programas paliativos, que se aproveitam da omissão do próprio Estado nas localidades. Ou seja, a Vale reivindica para si um papel que é do Estado.

A Fundação Vale funciona através de Parceria Social Público Privada que, como a própria empresa designa, é um pacto entre governo, setor privado e sociedade civil para a promoção do desenvolvimento dos territórios, gozando a empresa de benefícios de isenção fiscal^[18].

O que não se evidencia é como as suas atividades de responsabilidade social interferem nos processos decisórios nas instâncias públicas. Um caso exemplar são as parcerias com as Secretarias Municipais de Educação no oferecimento de cursos para o desenvolvimento profissional de professores, diretores e supervisores das escolas que buscam a formação profissional continuada.

Esses cursos, organizados e realizados pela Fundação Vale, configuram-se como um importante instrumento para a capilaridade da ideologia da empresa na sociedade, tornando a sua visão hegemônica e atuando diretamente na formação da subjetividade social.

Além de contribuir para a construção de uma imagem bastante positiva da empresa, o investimento em setores como educação, saúde, cultura e meio ambiente oferece diversas possibilidades de exposição de dados e fatos não estritamente financeiros da Vale, e servem para a

geração de valor social à empresa, influenciando o seu valor e papel no mercado. O lançamento anual do seu Relatório de Sustentabilidade é parte dessa estratégia de legitimação social.

Prêmio Vale Capes

Um exemplo deste tipo de investimento pela empresa foi o lançamento do Prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade, criado a partir de uma parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Vale.

Firmada durante a Conferência Rio +20, ele premia teses de doutorado e dissertações de mestrado associadas a temas ambientais e socioambientais. A parceria da Vale com uma das instituições públicas de maior relevância na produção de conhecimento do país é uma forma da empresa validar sua imagem de grande incentivadora de novas tecnologias e práticas para o desenvolvimento sustentável, invisibilizando sua atuação como um dos maiores atores responsáveis por graves conflitos socioambientais, tanto no Brasil como em outros países.

Além disso, essa parceria compromete a autonomia científica no estudo das relações entre meio ambiente e sociedade no Brasil, principalmente no que se refere ao setor da mineração.

Comunidades

A pressão contínua sobre os territórios, característica da atividade mineral, promove uma constante disputa pela terra e por seus recursos. O que se constata é a intensificação da exploração e a degradação crescente dos territórios e da vida das pessoas.

Tratar da Vale e de sua relação com as comunidades afetadas é falar de conflitos de interesses, necessidades e pontos de vistas. A pressão contínua sobre os territórios, característica da atividade mineral, promove uma constante disputa pela terra e por seus recursos.

Esta disputa pelo uso do solo é travada entre dois atores com poderes econômicos e políticos distintos: uma empresa multinacional com grande influência dentro do aparato estatal e comunidades, em sua maioria, vulnerabilizadas econômica e politicamente. Nesse cenário, os casos de desrespeito da empresa perante as comunidades são inúmeros.

A Vale afirma ter comprometimento com a geração de um “legado positivo” para as comunidades onde atua. Entretanto, o legado gerado são os atropelamentos nas ferrovias, a restrição injusta ao direito de ir e vir das pessoas, a falta de diálogo e de informações sobre seus projetos, efeitos negativos na saúde das pessoas, barulho constante, rachaduras nas casas por conta da trepidação dos trens, inchaço das cidades, aumento da exploração sexual e do alcoolismo^[19], contaminação dos mananciais e degradação ambiental, entre outros.

O que se constata é a intensificação da exploração e a degradação crescente dos territórios e da vida das pessoas.

Estes impactos são vivenciados diariamente pelas mais de cem comunidades^[20] que moram ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que liga a mina de Parauapebas, no Pará, até o porto, em São Luís, no Maranhão, de onde o minério é exportado.

Os impactos^[21] sofridos pelas comunidades são sentidos desde a instalação da EFC, nos anos 1980. No entanto, eles vêm se intensificando e multiplicando ao longo dos anos em processos como a privatização da empresa e, o mais atual, a duplicação dos 892 km da ferrovia.

É fato comum a interrupção da estrada em diversos trechos por moradores e comunidades tradicionais que reivindicam o cumprimento de acordos firmados com a Vale e investimentos da empresa em melhorias sociais nas comunidades cortadas pelos trilhos^[22].

Colômbia

Desrespeito à condição digna de moradia

Em 2010, a Vale comprou os ativos da Mina El Hatillo, no departamento colombiano de César, uma das principais regiões de carvão mineral do país. A Vale é a responsável pela principal expansão feita na mina, deixando pilhas de rejeitos próximas à comunidade El Hatillo. A mineração a céu aberto em larga escala alterou de modo irreparável o modo de vida da comunidade e a biodiversidade da região. As famílias que, até então, viviam da agricultura familiar, pesca e criação de gado, tiveram suas práticas inviabilizadas pela contaminação de todos os cursos d'água na área, chegando à dramática situação, em 2013, de uma crise de fome decorrente da escassez da produção de alimentos. Outra grave consequência da mineração em El Hatillo foi o alto índice de poluição do ar, que causou doenças respiratórias em mais de metade da população.

Em 2010 o Ministério do Meio Ambiente determinou que as empresas que atuavam na região[23] reassentassem a comunidade, devido ao alto índice de contaminação. O prazo para o reassentamento foi de dois anos. Um protesto em fevereiro de 2012, pelo descumprimento das empresas às ordens do Estado resultou em uma pessoa morta e outras gravemente feridas. Em junho de 2012, a Vale vendeu seus ativos para a Colombian Natural Resources (controlada por Goldman Sachs). Até a presente data as famílias ainda não foram reassentadas pelas empresas e a comunidade continua vivendo em um meio ambiente completamente contaminado e a Vale S.A. não assumiu sua responsabilidade pelo grave passivo ambiental e social deixado na região.

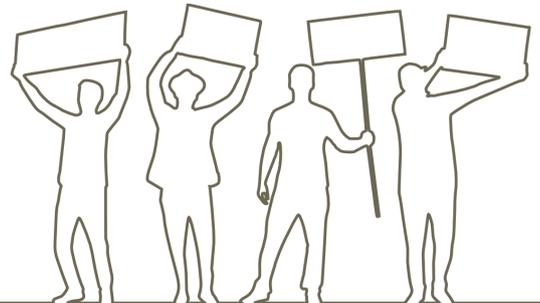
Moçambique

Em Moçambique, a Vale é conhecida pelas péssimas condições em que reassentou mais de 1.300 famílias, retiradas de suas terras ocupadas há gerações para dar lugar ao projeto de extração de carvão da empresa na província de Tete. As famílias vivem com dificuldade de acesso à água, terra, energia, em terras impróprias para a agricultura, e não receberam, até o momento, as indenizações integrais a que têm direito. As casas, construídas pela própria Vale, já passaram por reformas ao menos três vezes devido às rachaduras, aos vazamentos e à erosão que abala a estrutura das casas[24]. Vários protestos já foram realizados pelas famílias reassentadas, alguns com o bloqueio das estradas que dão acesso à mina da Vale. As famílias denunciam as precárias condições de vida a que estão sujeitas desde o final de 2009 e até o momento não houve nenhuma resposta satisfatória da empresa.

“Nos prometeram dois hectares de terra, só deram um, e uma terra ruim que não rende nada”, João Salicuchepa Gimo, que mora com a mulher e sete filhos no assentamento de Cateme.



Ao fundo da escola de El Hatillo vê-se a pilha de rejeitos da mina.



Obras de reparos nas casas rachadas no reassentamento de Cateme/Moçambique.

Território

Comunidades indígenas e quilombolas sofrem constante pressão da Vale. Os diversos casos demonstram o alto custo social da empresa, que contribui para a destruição dos valores e hábitos tradicionais.

A prática adotada pela Vale de continuamente

desrespeitar as comunidades repete-se na relação da empresa com os povos tradicionais.

Comunidades indígenas e quilombolas sofrem constante pressão, através da exploração das minas, construção de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas e outros empreendimentos que conectam a cadeia da mineração, colocando em risco a reprodução física, social, econômica e cultural dos povos em seus territórios.

A Vale chegou a impugnar oficialmente junto ao INCRA o reconhecimento de terras das comunidades remanescentes de quilombos das comunidades maranhenses Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo^[25], cujas áreas são de interesse da empresa para a realização das obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

As comunidades, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) desde 2005, buscam a titulação dos seus territórios e foram surpreendidas pela ação da mineradora e até hoje não conseguiram receber o título de propriedade. Ao tentar impugnar o processo de reconhecimento de terras quilombolas, a Vale, mais uma vez, evidencia o seu modus operandi de viabilizar seus empreendimentos através da privação dos grupos sociais de usufruírem livremente das diversas possibilidades sociais, econômicas, ambientais, culturais e históricas relacionadas aos seus territórios.

Em setembro de 2014, a EFC foi ocupada por trabalhadores rurais de 35 comunidades quilombolas maranhenses que exigiram uma série de medidas que garantissem os direitos dos quilombolas maranhenses aos seus territórios. Denúncias também foram encaminhadas ao Ministério Público Federal (MPF) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela FCP sobre o fato das obras de duplicação da ferrovia estarem sendo feitas sem qualquer ação compensatória ou mitigatória por parte da empresa, causando impactos diretos a várias comunidades quilombolas na região. Por conta dessa ação de protesto, alguns membros dessas comunidades seguem sendo processados judicialmente ou investigados em inquéritos da Polícia Federal instaurados a pedido da Vale S.A.

No Pará, o povo Xikrin realizou diversos protestos em 2014. Em um deles, a entrada do empreendimento Onça Puma, da Vale, na região de Ourilândia do Norte, foi bloqueada e a produção paralisada. Os indígenas denunciam que a extração de níquel está causando diversos danos à saúde da população e afetando o Rio Cateté, que serve à comunidade. Segundo o MPF, apesar dos impactos na saúde dos Xikrin, a Vale não iniciou nenhum programa de compensação e não cumpriu nenhuma das condicionantes previstas.

Outro projeto da Vale, o Salobo, de extração de cobre, também causa consequências negativas neste mesmo povo Xikrin, ao atingir áreas de castanhais utilizadas para a coleta dos indígenas. Por esta razão, Salobo é objeto de inquérito civil público em andamento na Procuradoria da República em Marabá (PA).

Em 2015, o MPF pediu à Justiça Federal que obrigue a mineradora Vale a voltar imediatamente a dar apoio à saúde dos indígenas da Terra Indígena Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do Pará. A empresa suspendeu o atendimento de saúde aos indígenas após uma manifestação realizada próxima à EFC. Este corte do amparo à saúde, efetuado pela Vale, consiste em nítida violação aos direitos humanos, afetando crianças, adultos e idosos, alguns em tratamento intensivo ou de câncer, outros que necessitam de acompanhamento médico periódico e contínuo, indígenas que tomam remédios controlados e outros pacientes que estão em Centros de Terapia Intensiva (CTI)^[26].

Diversos casos demonstram o alto custo social da empresa, que se apropria das terras das comunidades e dos povos locais e os desestrutura, destruindo seus valores e hábitos tradicionais. Uma das consequências dessa expropriação de seus territórios, sua cultura, suas formas de reprodução social e da agricultura, é o agravamento ainda mais acentuado dos níveis de pobreza na região.



A luta pelo território em Piquiá de Baixo

A atividade siderúrgica em Piquiá de Baixo, bairro em Açailândia (MA), em estreita parceria com a Vale, gera graves problemas de saúde em milhares de pessoas que vivem nas proximidades. A Vale fornece a matéria prima para as siderúrgicas e escoo o produto industrializado pela EFC, que passa ao lado do bairro. São cinco usinas que processam o ferro da mineradora, jogando no ar uma fumaça tóxica que, continuamente, provoca doenças e mortes. Mesmo que infrinjam frontalmente o “Código de Ética e Conduta do Fornecedor” da Vale, as siderúrgicas contam com ela para o transporte de 100% da produção de ferro gusa pela Estrada de Ferro Carajás.

Desde 2005, a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo têm reivindicado medidas de controle e diminuição da poluição, pela responsabilização das empresas pelos danos causados à saúde dos moradores e pelo reassentamento coletivo da comunidade, com 312 famílias, em outra área, livre da contaminação.

O reassentamento proposto para Piquiá de Baixo não se enquadra apenas na entrega de condições mínimas de moradia a quem não tem casa, mas permitirá devolver qualidade de vida às famílias, revalorizar sua vocação produtiva e o cultivo de relações comunitárias.

A gravidade dos fatos, bem como a ausência de medidas efetivas por parte do Estado brasileiro e das empresas para coibir a perpetuação das violações, fez com que, em 09 de janeiro de 2014, quatro Relatorias Especiais das Nações Unidas solicitassem ao Estado Brasileiro informações a respeito da contaminação de que tem sido vítima a comunidade de Piquiá de Baixo.

Os Relatores Especiais das Nações Unidas Anand Grover, sobre o direito de todos ao gozo do mais alto nível de saúde mental e física, Marc Pallemerts, sobre as implicações para os direitos humanos da disposição e gestão ambientalmente adequada de substâncias e dejetos perigosos, Catarina Albuquerque, para o direito humano ao saneamento e água portátil e Alexandra Guáqueta, do Grupo de Trabalho sobre direitos humanos, corporações transnacionais e outras empresas, solicitaram ao Estado brasileiro que apresentasse respostas a dez perguntas que compreendem desde a matéria fática até as medidas preventivas utilizadas pelo Estado para evitar que as atividades das empresas sigam provocando os mesmos impactos nos direitos humanos da comunidade, além das medidas de responsabilização das empresas envolvidas.

Para viabilizar o reassentamento e, na falta de alternativas, a Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá assumiu a condução do processo e apresentou projeto de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Os recursos do programa responderão a cerca de 70% das obras de construção das casas e da infraestrutura básica do novo bairro. A Fundação Vale e o SIFEMA (Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão) se comprometeram perante o Ministério Público a complementar os recursos faltantes nessa etapa da construção. Em dezembro de 2014 o projeto foi tecnicamente aprovado pela CEF e desde então aguarda seleção pelo Ministério das Cidades. Com a contratação do projeto, faltará ainda definir os responsáveis pelo financiamento da construção dos equipamentos públicos e sociais necessários.

A empresa Vale, ao reconhecer a sua parcela de responsabilidade, deveria rever suas práticas para que suas operações e as das empresas siderúrgicas venham a respeitar as leis e os padrões ambientais nacionais e internacionais referentes à qualidade do ar e da água.



Em Piquiá de Baixo MA, 312 famílias lutam por reassentamento
Fonte: Justiça nos Trilhos



Em setembro de 2014 Comunidades Quilombolas interdita Estrada de Ferro Carajás, operada pela Vale, no Maranhão

Mudanças Climáticas e Energia

Por trás da imagem de empresa sustentável, responsável e preocupada com as futuras gerações, esconde-se a mesma velha prática de usurpação e descaso com os territórios e comunidades.

A partir do reconhecimento dos problemas ambientais, as empresas e o Estado sugerem soluções de mercado e a chamada “economia verde”. No marco da economia verde está o discurso de enfrentamento às mudanças climáticas e, com ele, uma série de mecanismos sendo desenvolvidos com o objetivo de capitalizar os problemas ambientais, sem considerar as injustiças ambientais e as violações de direitos, mercantilizando a natureza. Trata-se de um campo de atuação em que predominam empresas, Estados e organizações internacionais.

A Vale S.A. é uma das empresas que atua nesta perspectiva, que vem sendo fortalecida no Brasil.

Seguindo a lógica do marketing verde, em 2011, a Vale comprou 70% da empresa Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio (atualmente denominada Biovale), que produz óleo de palma, com o argumento de reduzir suas próprias emissões de CO₂.

A destinação principal do óleo é a produção de biodiesel pela Vale para alimentar sua frota de locomotivas, máquinas e os equipamentos de grande porte das operações no Brasil. No entanto, a Biovale é denunciada por conflitos territoriais, desmatamento e contaminação por agrotóxicos de igarapés, que alimentam inúmeros rios da região.

Em 2014, o Instituto Evandro Chagas comprovou a contaminação por agrotóxico em plantações de dendê, registradas em um relatório de perícia^[27] feita nos municípios de São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará. Além disso, desde 2008 quilombolas de Concórdia, no Pará, acusam a empresa de pressionar agricultores para venderem suas terras, ameaçando-os com desapropriações e índios Tembê do território Turé-Mariquita denunciam os impactos das atividades da empresa em suas terras, através da contaminação por agrotóxicos, tendo os índios apreendido, em protesto, em 2014, oito carros e tratores da Biopalma^[28]. Ou seja, por trás da imagem de empresa sustentável, responsável e preocupada com as futuras gerações, esconde-se a mesma velha prática de usurpação e descaso com os territórios e comunidades.

Em relação ao preço dos alimentos, apesar de existirem fatores como situações de sazonalidade, quebra de safra e entraves na comercialização, o supervisor técnico do

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Pará, Roberto Sena, avalia que existe uma relação entre o avanço do dendê e a alta dos alimentos.

“O problema da agricultura familiar é que falta política de produção; deixaram de fomentar mandioca em troca do dendê”, afirma.

O pouco investimento na produção de alimentos faz com que cerca de 60% do que é consumido no estado venha de fora.

“O Pará tem hoje o maior custo de vida do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”, revela Sena^[29].

Um dos projetos mais polêmicos em que a Vale está envolvida, na sua crescente busca por energia, é a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte na Volta Grande do Rio Xingu, no estado do Pará. O projeto tem sido alvo de intensas críticas por provocar grande destruição social, ambiental e econômica^[30]. Ao menos 20 processos judiciais são movidos pelo Ministério Público Federal, do Pará, devido a problemas no licenciamento, descumprimento de condicionantes, impactos irreversíveis, etc. Mesmo assim a obra está sendo implementada.

Em dezembro de 2013, a Vale vendeu metade de suas ações da Norte Energia S.A. (Nesa), o consórcio responsável pelo projeto, reduzindo sua participação de 9% para 4,4%. As motivações para a redução da sua participação no Nesa não são totalmente claras. Os grandes atrasos na construção e as constantes atualizações de custos evidenciam que Belo Monte não é economicamente viável, como os movimentos sociais apontam há décadas.

Água

A mineração compromete não apenas o uso, mas o acúmulo e a renovação das águas, provocando o fim das nascentes. Além dos impactos ambientais, há um aumento crescente do uso de grandes volumes de água como insumo gratuito pelas grandes mineradoras, especialmente no que se refere aos minerodutos.

A água é o principal insumo do setor da mineração, sendo utilizada no processamento e transporte do minério. Os impactos desta atividade sobre as águas são extremamente graves, englobando a destruição de lençóis de água no subsolo; piora na qualidade da água no momento de sua devolução, em relação à sua retirada; diminuição da sua disponibilidade; e contaminação de rios, mares e nascentes com rejeitos químicos, entre outros. Desse modo, a mineração compromete não apenas o uso, mas o acúmulo e a renovação das águas, provocando o fim das nascentes.

Além dos impactos ambientais, há um aumento crescente do uso de grandes volumes de água como insumo gratuito pelas grandes mineradoras, especialmente no que se refere aos minerodutos. Em apenas uma hora de funcionamento, eles utilizam água suficiente para abastecer ao menos uma cidade com 500 mil habitantes no mesmo período de tempo. Em 2012, houve mais outorgas para o uso de água na mineração do que para a indústria no Brasil^[31].

Todos esses impactos são sentidos de formas diferenciadas nos diversos locais em que a empresa Vale S.A. atua. Na região de Nova Caledônia, território francês onde a Vale tem uma mina de níquel, uma onda de protestos estourou em abril de 2014, após mais um vazamento de efluentes ácidos ter ocorrido na unidade localizada no sul do arquipélago. Os atos realizados pela população contra a empresa culminaram com o incêndio de veículos e edifícios da empresa e a interrupção da produção por três semanas.

A sustentabilidade do projeto é questionada por diversas organizações não governamentais que temem impactos sobre um conjunto de lagoas consideradas Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Desde 2009, elas contabilizam ao menos cinco vazamentos, alguns envolvendo ácido sulfúrico.

No Canadá, o projeto de extração de níquel Voisey's Bay, da Vale, é bastante polêmico devido à contaminação do Lago Sandy, que possui um ecossistema único. Utilizado como local para despejo de rejeitos, o lago foi convertido em uma bacia com mais de 400 mil toneladas de dejetos, de acordo com denúncias de organizações locais. Além da Vale ser ré na maior Ação Civil Pública da história do Canadá por problemas ambientais, ela foi condenada, em 2010, ao pagamento de cerca de C\$ 36 milhões (dólares canadenses) em indenização para mais de sete mil moradores de Port Colborne, em Ontário^[32].

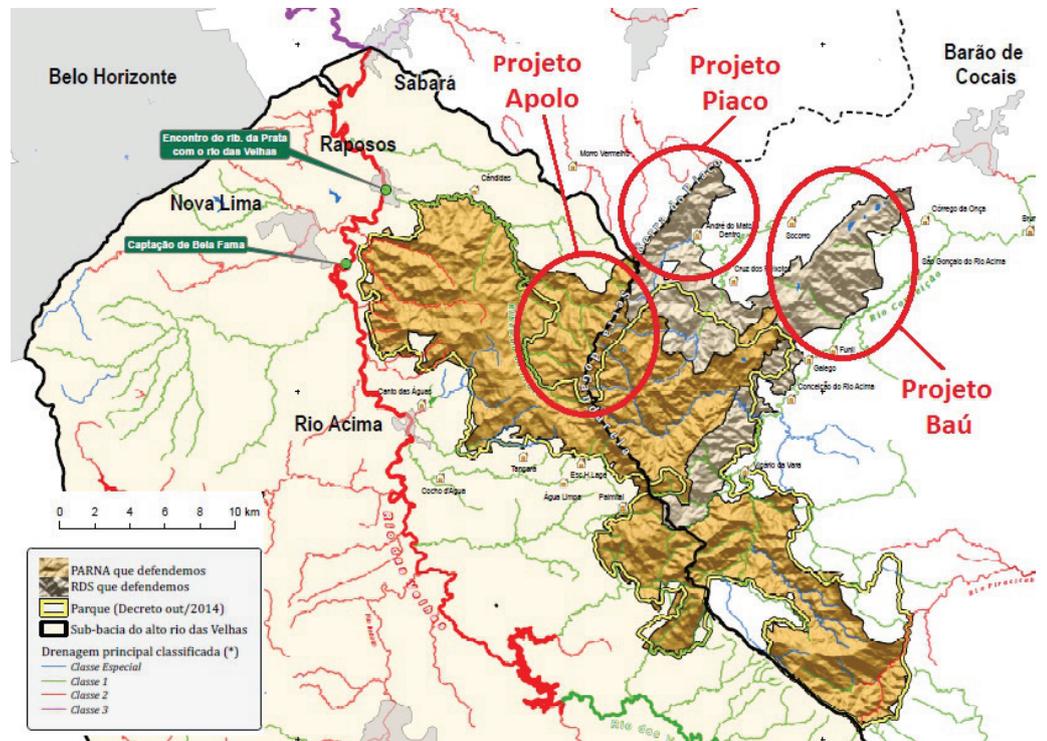
Em Minas Gerais, berço da criação da Vale, são inúmeros os casos de conflitos entre o uso da água para as operações da empresa e o abastecimento da população. Em Catas Altas, a Vale extrai minério de ferro da mina São Luiz, no distrito de Morro da Água Quente.

A expansão desta mina aconteceu em 2007, e a cava foi realizada muito perto da comunidade e da fonte de abastecimento do distrito. Os moradores já notam que algumas nascentes estão assoreadas e que a vazão dos cursos d'água diminuiu consideravelmente, além dos problemas decorrentes da poeira da mina e da poluição do ar também terem se agravado muito. Mesmo assim, a Vale planeja reabrir a mina Tamanduá, que estava fora de atividade há cerca de quinze anos.

Esta mina localiza-se ainda mais próxima da comunidade do Morro da Água Quente, e perigosamente perto da fonte de água que abastece a sede do município de Catas Altas. Ou seja, as duas fontes de abastecimento da cidade estão em risco devido às operações da Vale. Trata-se da segurança hídrica de mais de cinco mil pessoas.

Outro grave conflito de uso da água pela Vale se encontra no modal de escoamento dos minerodutos, onde a polpa do minério de ferro é bombeada através da água durante 24 horas por dia. A Samarco (empresa em que

Os limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela criado por decreto em 2014 e os interesses minerais na região.



*Serra do Gandarela

Fonte: Movimento pela preservação da Serra do Gandarela

a Vale detém 50% das ações) opera três minerodutos em Minas Gerais, que saem da mina Alegria, em Mariana, e vão até o porto do Ubu, em Anchieta, no Espírito Santo. Cada um deles possui mais de 400 km de extensão. Os três minerodutos gastam uma média de 4.400m³/hora.

Depois de décadas destruindo os mananciais dos municípios de Mariana e Ouro Preto, a empresa precisou captar água para os minerodutos e as usinas da Samarco no Rio Conceição, localizado no distrito de Brumal, na cidade de Santa Bárbara. A adutora construída para estes fins utiliza 82% do potencial hídrico do rio. Moradores da região informam que na época da estiagem o rio termina, literalmente, no ponto de captação para o duto. É importante ressaltar que, em 2010, um dos minerodutos da Samarco rompeu no município de Espera Feliz, causando um grave desastre ambiental.

Destruição da Serra do Gandarela* e de seus recursos hídricos

Há 7 anos o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, do qual participam diversas organizações e cidadãos de Minas Gerais e de todo o Brasil, atua no enfrentamento às pretensões minerárias da Vale. A Serra do Gandarela abriga a última grande área intacta do quadrilátero ferrífero-aquífero e o mais importante aquífero e mananciais de água de alta qualidade da região, afluentes das bacias hidrográficas dos rios das Velhas (Bacia do Rio São Francisco) e Piracicaba (Bacia do Rio Doce). Por esses motivos, a sociedade civil organizada solicitou a criação de um Parque Nacional e de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Desconsiderando a enorme relevância ambiental, paisagística, científica e cultural da região, assim como o amplo debate social sobre o tema e sua tramitação no âmbito técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação

da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) encaminhou e a presidente Dilma Rousseff criou, através de decreto em 13 de outubro de 2014, o Parque Nacional da Serra do Gandarela[33], sem contemplar em sua demarcação as áreas que reúnem o maior número de atributos que justificam a criação da Unidade de Conservação federal. Assim, colocaram sob ameaça esse inestimável patrimônio socioambiental, comprometendo irremediavelmente mananciais essenciais para as cidades vizinhas, como Caeté, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Santa Bárbara e Barão de Cocais, além da última reserva estratégica de água para o abastecimento de Belo Horizonte e sua região metropolitana[34].

Em um período em que há graves ameaças ao abastecimento de água e conflitos de uso na própria região Sudeste, não faz nenhum sentido criar um Parque Nacional excluindo de seus limites áreas de extrema relevância ambiental e hídrica. Muito menos permitir nesta área a exploração mineral pretendida, principalmente pela Vale com os projetos Apolo, Piacó e Baú.

A Vale fez gestões para reduzir a área do Parque Nacional. Desde 2007, a empresa insiste em concretizar seus empreendimentos minerários na região e, para isso, já foram diversas as suas tentativas para ter a Mina Apolo licenciada.

Esta empresa, portanto, não respeita a relevância da Serra do Gandarela, nem sequer no sentido da garantia de água para milhões de pessoas.

Cadeia de Valor

A Vale afirma potencializar o desenvolvimento das regiões onde atua. Mas não é bem assim. Além de deixar de pagar um grande volume de impostos, comprometendo o fortalecimento do Estado e fortalecer o papel do Estado, a Vale desarticula circuitos econômicos tradicionais nos locais onde opera.

A Vale afirma potencializar o desenvolvimento das regiões onde atua. No entanto, ao longo da região do Corredor de Carajás, por exemplo, a realidade fala por si só. Passados 30 anos de operação do Complexo de Carajás, os dados sobre desenvolvimento humano em 2010 apontam que 21 dos 27 municípios atravessados pela Estrada de Ferro Carajás – EFC possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM menor que a média dos seus Estados em 2010 (MA=0,639 e PA=0,646).

Em boa medida isso se deve aos incentivos públicos concedidos à mineração. No Pará, por exemplo, onde este setor contribui com 22,1% [35] do Produto Interno Bruto (PIB), em estudo da Secretaria da Fazenda estima que o estado tenha deixado de arrecadar R\$ 20,576 bilhões de ICMS entre os anos de 1996 e 2014[36].

Essa aberração só é possível graças à Lei Kandir (Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996), que desonera as empresas de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos primários e semielaborados.

Em 2013, no Maranhão, 23 prefeituras decidiram se reunir para criar o Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás (Comefc). Entre as principais metas deste consórcio, destaca-se o estabelecimento de um nível mínimo de arrecadação de tributos municipais e a criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM), voltado para o fortalecimento de políticas públicas de educação, saúde e geração de renda.

Este Fundo seria criado com a contrapartida de US\$ 1 para cada tonelada escoada pela Vale através da EFC. Isso significa que um total de R\$ 318,28 milhões[37] poderia ter sido repassados por esta mineradora aos municípios, somente em 2014.

No final de 2013, o Comefc comemorou a obtenção de uma

linha de créditos em projetos da Fundação Vale com um montante de R\$ 85 milhões, pago somente uma vez, para os municípios do corredor da EFC. Este resultado frustrou as expectativas iniciais geradas pelo consórcio, pois, ao invés de submeter a Vale ao pagamento de tributos na forma da lei, o Comefc preferiu submeter cada um dos 23 municípios à Vale, condicionando o acesso aos recursos à aprovação de projetos pela empresa.

Em novembro de 2013 a Justiça obrigou a Vale a pagar, no Brasil, o imposto de renda sobre o lucro líquido das suas subsidiárias no exterior, no período entre 2003 a 2012. A Vale devia cerca de R\$ 45 bilhões à Receita Federal. Por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) pagará menos da metade do valor devido: apenas R\$ 22,3 bilhões.

Em 2012 a Vale foi multada pelo Tribunal Federal da Suíça em CHF\$ 212 milhões por ser acusada de repatriar de forma irregular lucros de suas atividades internacionais para este país europeu, onde se beneficia de uma isenção fiscal.

Há casos, no entanto, em que os Estados nacionais, ao invés de serem totalmente subservientes aos interesses das grandes mineradoras, podem chegar a dificultar as avassaladoras atividades extrativas através do aumento dos impostos. Na Ásia, através da sua subsidiária, a PT Vale Indonésia (PTVI), a Vale S.A. executa um projeto de exploração de níquel e também é proprietária de dois portos.

Em outubro de 2014 um novo contrato de exploração foi acertado entre a PTVI e o governo da Indonésia, no contexto de um novo marco regulatório nacional. De acordo com as novas regras, a Vale terá que reduzir a sua participação na PTVI em favor de parceiros locais em até 5 anos, reduzir a sua área de exploração de 190.510 hectares para 118.435 hectares e pagar quase três vezes mais royalties do que paga atualmente.

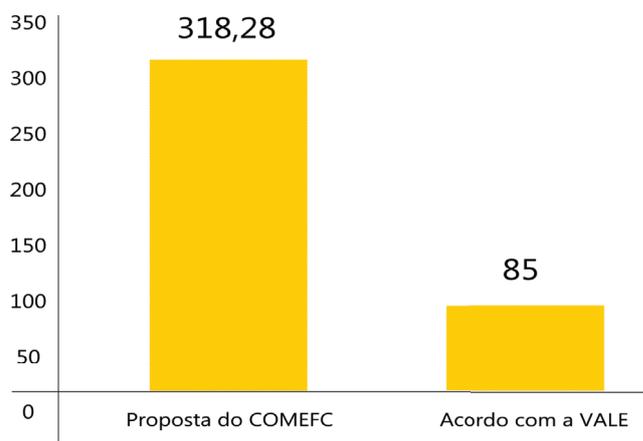
Desarticulação das cadeias locais de pesca

A contaminação das águas pelo minério e os danos ambientais causados pela construção ou pela operação dos portos da Vale provocam impactos no ecossistema marítimo e alterações permanentes do meio ambiente local. São Luís (MA), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Piura (Peru) e Perak (Malásia) são alguns lugares em que é evidente o impacto da atuação da Vale na vida e reprodução dos pescadores artesanais.

No Peru, na Baía de Sechura, a eutrofização – processo que provoca o crescimento excessivo de biomassa e o empobrecimento da diversidade, devido ao aumento de nutrientes em um ecossistema – causada pelo embarque do pó do fosfato afeta diretamente a geração de renda de grande parte da população local que vive da pesca[38]. No Rio de Janeiro, cerca de 8 mil postos de trabalho que eram gerados pela pesca na Baía de Sepetiba foram prejudicados pela intensa poluição ambiental provocada pela megadragagem da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA).

Na Grande Vitória (onde localizam-se o Porto de Tubarão, administrado pela Vale, e oito usinas de pelotização da empresa), foi realizada em fevereiro de 2015, uma audiência pública referente ao pó preto do minério que invade as casas, ruas e os pulmões dos moradores de todos os municípios da região metropolitana. A Vale também é responsável pela poluição do mar e pela modificação da sua biodiversidade devido à sedimentação de minério de ferro no mar na região de Camburi, em Vitória. Em São Luís, no Maranhão, onde pescadores são impactados pelo Porto Ponta da Madeira, e na Malásia, com o Terminal Marítimo Teluk Rubiah, inaugurado pela Vale em 2014, também é possível observar situações semelhantes.

Fundos de Desenvolvimento Municipal (R\$ milhões)



Imposto de Renda sobre os lucros da VALE no exterior 2003 a 2012 (R\$ bilhões)

*Fonte - Reuters

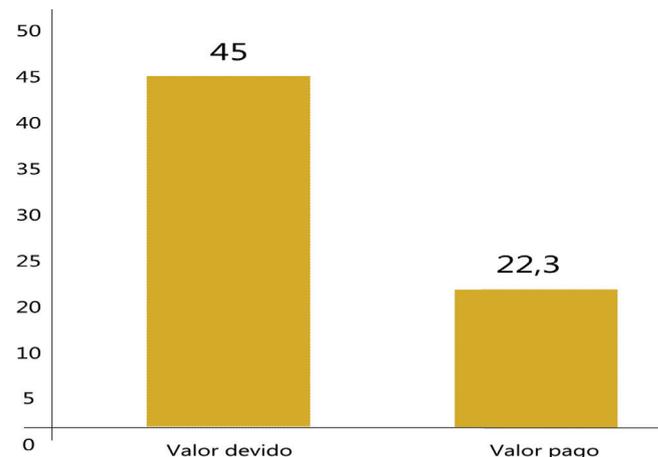


foto: Justiça Global: Embarque do fosfato no Porto de Sechura.



Valor Adicionado

O aumento da intensificação da produção da Vale e a política de redução de custos deverão elevar também de forma dramática os conflitos nas regiões onde a empresa opera.

Em janeiro de 2015 a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou a nota da Vale de 'A-' para 'BBB +', segundo ela, devido à perspectiva de enfraquecimento do perfil do risco financeiro da Vale nos próximos dois anos.

Essa avaliação pessimista acompanha a tendência internacional de queda no preço da tonelada do minério de ferro, decorrente da diminuição da demanda do principal consumidor deste metal: a China. Se em 2011 o minério de ferro era vendido a quase US\$ 200 a tonelada, em fevereiro de 2015 essa mesma tonelada custava US\$ 62. Com efeito, o valor das ações da Vale nos mercados de capitais também vem caindo de forma drástica. Depois de atingir o valor máximo de US\$ 25, cada ação custava, em março de 2015, apenas US\$ 6,5.

Apesar do cenário adverso, a Vale mantém a aposta na expansão da produção nos próximos anos e parece correr contra o relógio para extrair o minério de ferro do solo. Em 2014 a empresa bateu recorde de produção deste mineral, com um total de 319,2 milhões de toneladas e espera, até 2019, com a abertura da mina Ferro Carajás S11D, alcançar a incrível marca de 459 milhões de toneladas. A Vale quer aproveitar o colapso nos preços para aumentar o seu poder de mercado.

A estratégia consiste em continuar a expandir a oferta do minério de ferro, reduzindo os custos de produção. Esta estratégia forçará a saída do mercado de um grande número de mineradoras de médio porte, mas com custos mais elevados, que passaram a produzir minério de ferro atraídas pelos altos preços de 2011. As duas principais concorrentes da Vale, as empresas anglo-australianas BHP Billiton e Rio Tinto, adotam a mesma estratégia. Nesse cenário arriscado só sobreviverão as empresas que conseguirem produzir a um custo muito baixo e gozarem de privilégios, tais como o acesso fácil ao crédito e isenções fiscais.

Os efeitos dessa estratégia já se fazem sentir. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já aprovou dois empréstimos para o projeto S11D totalizando R\$ 6,2 bilhões.

A distância entre a dívida bruta da Vale, estimada hoje em US\$ 28 bilhões, e o valor do caixa da empresa, de US\$ 4 bilhões, nunca foi tão grande. Outro indicador importante, o pagamento de dividendo aos acionistas, mostra que em 2015 a Vale pagará a metade do valor pago em 2014. Em 2016 há grandes chances de a Vale suspender o pagamento de dividendos^[39].

No entanto, é no território que esses sintomas se anunciam de forma ainda mais contundente. Na busca incessante pela redução de custos, a pressão pela flexibilização da legislação ambiental e pela agilização das licenças é ainda maior e mais agressiva. A intensificação da jornada de trabalho e o não reconhecimento de seus direitos trabalhistas já são uma realidade para muitos trabalhadores da Vale. O aumento do volume das exportações eleva também de forma dramática os conflitos ao longo da Estrada de Ferro de Carajás, para citar apenas um dos diversos locais de operação da Vale que é palco de sérios conflitos.

O que se percebe no atual cenário, portanto, é a elevação tanto do "risco financeiro" quanto do "risco social" da Vale. Se o primeiro está associado às consequências da estratégia comercial, o segundo está relacionado à elevação do grau de contestação das operações da empresa, em especial por comunidades atingidas em decorrência do aumento do volume e da velocidade da produção. A combinação destes dois riscos revela o "RISCO VALE", que hoje alcança níveis verdadeiramente insustentáveis.

Notas de Rodapé

Perfil e Atuação Global

[1] Os estados são Pará, Maranhão, Ceará, Sergipe, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.
 [2] Em 2008, o BNDES liberou um financiamento de R\$ 7,3 bilhões para a Vale, que configura a maior linha já disponibilizada pelo Banco para uma única empresa. Este aporte faz parte da política do Estado de investir no crescimento e na expansão de um grupo de empresas brasileiras, líderes em seus setores, tanto no Brasil como internacionalmente.
 [3] A CFEM não é um imposto. Nem mesmo um tributo. É uma compensação financeira à União, ao Estado e ao Município pela utilização econômica do minério que está em seus territórios. Atualmente a alíquota da CFEM para o minério de ferro é de 2% sobre o faturamento líquido.

Gestão e Impactos

[4] Acselrad, Henri, *Confluências autoritárias: estratégias empresariais e militares de controle do território*. 05 de Maio de 2014. disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1655>

Transparência

[5] Vale S.A. Teleconferência Nacional. Resultados do terceiro trimestre de 2011.
 [6] “Falta de licença ambiental barra 55 projetos de expansão da Vale”. *Jornal Valor Econômico*, 13 de julho de 2012.
 [7] Processo nº 26295-47.2012.4.01.3700- 8ª Vara da Justiça Federal no Maranhão.

Gente

[8] Além da Vale, atuam na região a Samarco e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).
 [9] O Sindiquímica representa os trabalhadores da multinacional Ultrafertil S.A., empresa que integrava a Vale Fertilizantes e foi comprada pela Petrobrás no final de 2012. A primeira denúncia do sindicato contra as práticas ilegais da empresa foi apresentada ao poder público em 2006, devido ao fato dos trabalhadores não terem garantido o livre exercício da organização, liberdade e autonomia sindical.
 [10] Para mais informações: <http://www.sindiquimicapr.com.br/noticia.jsp?itemId=8862>
 [11] As vítimas são motoristas que transportavam o minério de ferro pela estrada particular da Vale, que liga duas minas em Itabirito.

Saúde e Segurança

[12] Ver: <http://oglobo.globo.com/economia/vale-tera-que-pagar-indenizacao-de-189-milhoes-por-mortes-de-funcionarios-no-maranhao-10880223>. Acessado em 20 de fevereiro de 2015
 [13] <http://br.reuters.com/article/topNews/id-BRSPE85005Z20120601>
 [14] <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4994/Relatorios.html#lista>
 [15] O turno de oito horas já é realidade em várias minas da Vale. O Complexo Carajás, no Pará, foi o primeiro a ter sua estrutura de turnos modificada. Atualmente, os empreendimentos em Minas Gerais é que estão no foco destas mudanças. O aumento do número de horas de trabalho garante à empresa o aumento da sua lucratividade, pois reduz os custos de sua mão de obra.
 [16] Multa no valor de 370 mil soles (US\$ 132 mil ou R\$ 309 mil).
 [17] Para mais informações: <https://medium.com/@justicaglobal/mineria-de-fosfatos-de-vale-contamina-las-aguas-en-sechura-peru-5d6f4659fa85>

Educação

[18] Dedução no imposto de renda do doador dos valores que se tenha destinado aos projetos sociais ou culturais

Comunidades

[19] É reconhecido o impacto da instalação de grandes projetos ao que se refere à massiva chegada de trabalhadores nas cidades e o crescimento do mercado sexual. O álcool, a violência, e o uso de mulheres e garotas para fins de exploração sexual se estabelecem no cotidiano dos povoados.

[20] Número de comunidades que vivem somente na área de influência direta da Estrada de Ferro Carajás, que é de 500 metros de cada margem da ferrovia.
 [21] Para saber mais, acessar o mapa das comunidades atingidas ao longo do corredor de Carajás, organizado pela Rede Justiça nos Trilhos: <http://www.justicanostrilhos.org>
 [22] Verificar: <http://www.brasildefato.com.br/node/30801>
 [23] Quatro empresas foram implicadas no processo: Drummond, Glencore, CNR e Vale.
 [24] ONG Justiça Ambiental.

Território

[25] Localizados no perímetro dos municípios maranhenses Itapecuru-Mirim e Anajatuba.
 [26] “MPF pede à Justiça retorno imediato de apoio da Vale à saúde de indígenas”, 13 de março de 2015. Sítio eletrônico do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Pará.

Mudanças climáticas e energia

[27] Ver: <http://reporterbrasil.org.br/2014/09/instituto-evandro-cha-gas-detecta-contaminacao-por-agrotoxicos-na-regiao-de-expansao-do-dende-no-para/>. Acessado em 15 de janeiro de 2015.
 [28] Informação retirada do site do Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Pará, “Índios Tembê apreendem carros e tratores da Biopalma contra contaminação por agrotóxicos”, acesso em 04 de abril de 2015.
 [29] Para saber mais, ver o relatório Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará, da ONG Repórter Brasil.
 [30] Muitas famílias de pequenos agricultores já foram retiradas de suas terras e em torno de 25 mil pessoas serão atingidas pela inundação na cidade de Altamira. Quase sessenta ilhas desaparecerão submersas pelo lago da usina e um trecho de aproximadamente 100 km do Rio Xingu terá sua vazão reduzida em até 90% ou poderá mesmo secar devido ao barramento e desvio da água destinada às operações da hidrelétrica.

Água

[31] Dados apresentados na Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da Câmara Federal, no dia 9 de dezembro de 2014, em Brasília.
 [32] A decisão foi revertida, mas o caso ainda será apreciado pela Suprema Corte do Canadá.
 [33] Área de 31 mil hectares em Minas Gerais, abrangendo os municípios de Nova Lima, Raposos, Caeté e Rio Acima, na região metropolitana de Belo Horizonte, além de Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara e Itabirito, que ficam na região central do estado.
 [34] Para entender os impactos e acessar o mapa do Parque: <http://pt.slideshare.net/gandarela2014/parque-nacional-da-serra-do-gandarela-criado-em-13out2014-final>

Criação de Valor

[35] Segundo dados da FAPESPA de 2012
 [36] Lei Kandir já privou Pará de R\$ 20,5 bi, ver: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-242323-.html> acessado em 20 de fevereiro de 2015.
 [37] Levou-se em consideração as 119,657 milhões de toneladas de minério de ferro produzidas pela mineradora em Carajás em 2014 e a taxa de câmbio de US\$ 1 = R\$ 2,66, de 31 de dezembro de 2014.
 [38] A Frente de Pescadores Artesanales Acuicultores de Puerto Rico (Afrepaac) e a Asociación de Pescadores Artesanales Extractores de Marisco Parachique (Apemar) denunciam a Vale pela contaminação da baía.

Valor Adicionado

[39] “Vale pode suspender pagamento de dividendos em 2016”. <http://correiodopara.com.br/noticias/regiao/vale-pode-suspender-pagamento-de-dividendos-em-2016>. Acessado em 27 de março de 2015.

Relatório de Insustentabilidade da Vale 2015



<http://atingidospelavale.wordpress.org>